



PAUTA PARA O EXPEDIENTE DA TRIGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO ORDINÁRIO DA 20ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ, EM 11 DE JUNHO DO ANO 2025.

MATÉRIAS DA CÂMARA

- Requerimento nº 025/25, da vereadora Monica Franco, pede que seja oficiado ao Prefeito Municipal, solicitando dentro das possibilidades orçamentárias e do planejamento do governo a realização de reforma na escola Pedro Carlos de Oliveira no ramal do Carapanã, solicitou ainda que seja encaminhado cópia do requerimento a Secretaria Municipal de Educação, Moção de Aplausos, do vereador Renan Guimarães, que seja encaminhado ao Executivo Municipal, em especial a Secretaria Municipal de Esporte, pelo notável incentivo e valorização do desporto em nosso município;
- Pedido de Licença do vereador Junhão, solicitando um dia de licença, no dia 11 do corrente mês, para tratar de assuntos particulares;
- Ofícios nrs. 281 a 297/25, expedidos ao Prefeito e a diversos;

MATÉRIAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL

- Projeto de lei nº 046/25, que dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal da Juventude SEMJU, e estabelece suas Diretrizes, Estrutura, Competências e dá outras providências;
- Projeto de Lei nº 047/25, que dispõe sobre a Criação da Secretaria Municipal de Turismo-SEMTUR, alterando as Leis nº 7.765, de 19 de dezembro de 2011 e a Lei nº 9.031, de 1º de dezembro de 2016 e dá outras providências.

MATÉRIAS DE DIVERSOS

- Ação direta de Inconstitucionalidade da apreciação cautelar em julgamento definitivo de mérito da Lei nº 3.742/24 do Município de Oriximiná, de iniciativa Parlamentar, que versa sobre direito a educação- estabelecimento do uniforme escolar como item de segurança iniciativa concorrente, ainda que acarrete aumento de despesas, obrigação de fornecimento por empréstimo, aos alunos da



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

rede pública ausência de estimativa de impacto orçamentário e financeiro-inconstitucionalidade formal dos §§ 1º e 2º do artigo 1º da Lei Impugnada, precedentes do STF. Ante o exposto Jugo procedente com efeitos ex tunc, a presente Ação Direta de inconstitucionalidade, para declarar inconstitucional a Lei nº 9.493/93 do Município de Oriximiná, nos termos da fundamentação;

- Ofícios nrs. 195 e 196/25, recebidos de diversos;